

Voltemos às realidades da economia — antes do caos

Henrique Pedro Davi
de Sanson (*)

A velha história infantil de que o rei estava de ceroulas, e não vestido com seu maravilhoso manto, parece estar-se repetindo aqui. Estatização, subsídios e incentivos, de um lado, e confisco e limitações, de outro, levaram-nos a um verdadeiro caos, por ter sido a nossa política financeira frontalmente contra as regras da economia. Porém o mais relevante é o uso da correção monetária. Na história, há até casos de hiperinflação, como na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial. Na época atual, existem altas taxas inflacionárias, principalmente no Terceiro Mundo. O uso sistemático da correção monetária, para tentar debelar a inflação, só conhecemos o nosso.



O período compreendido entre os anos 50 e 1973 foi caracterizado por estabilidade econômica e social. Mas, quando soaram os primeiros alarmas, muitas

nações começaram a se preparar para a crise. Nós continuamos a ignorá-la, como se não fôssemos ser atingidos.

Dizemos que a crise é culpa do petróleo, e não nossa. Realmente, não podemos culpar a Petrobrás por não ter desenvolvido uma política de prospecção durante a euforia mundial. As nossas experiências com as pesquisas terrestres foram frustrantes. A tecnologia do "off-shore" estava nos seus primórdios. O preço internacional do barril, a 2 ou 3 dólares, tornava-a inviável.

Durante a guerra, com a escassez de combustível, empregou-se uma mistura com 20% de álcool na gasolina, então importada. O resultado foi muito animador. Mas, ao término do conflito, encerramos a sua aplicação. Sendo o País tão pobre em combustíveis minerais, abandonamos o transporte ferroviário e a cabotagem. Ficamos dependendo quase exclusivamente do transporte rodoviário.

O governo de um país tem por obrigação preocupar-se com a estratégia de seu crescimento. A crise do petróleo pegou-nos

desprevenidos por falta de alternativas. Mas a situação atual decorre, também, do rígido dirigismo estatal e da falta de diálogo dos tecnocratas com o povo, principalmente com os empresários.

Além da grande dependência do óleo externo, outra causa tão importante fez com que os nossos déficits da balança comercial crescessem vertiginosamente. A tecnocracia estatal, com pouca experiência da realidade, cometeu um dos maiores erros na política da industrialização. Começou a estimular o empresariado nacional a produzir no País uma série de equipamentos básicos, no que foi prontamente respondido. Alegando o governo pressa, ou que a qualidade do produto nacional ainda não era perfeita, começou a importar maciçamente equipamentos estrangeiros pelo sistema "supplier's credit". Ficamos altamente endividados com esta política. Vieram vagões ferroviários, navios, turbinas, etc., e o parque nacional trabalhando com ociosidade.

Devemos ressaltar que grande parte do acima mencionado foi consequên-

cia de erros do passado, que só agora vieram à tona, com o agravamento da crise mundial. O presidente Figueiredo e seu primeiro escalão não foram os causadores disto; ao contrário, têm procurado tomar medidas para minorar uma situação de fato, que encontraram quando ele assumiu o poder. A atual abertura política tem sido total e conduzida com grande habilidade. A dívida externa, ao iniciar o seu governo, já era enorme; agravada com as taxas de juros altíssimas, que, felizmente, estão declinando.

Prometeu e vem cumprindo um programa de desestatização, com a venda a grupos privados de empresas estatais. Se não estamos indo mais rápido, nisto muito contribui a crise reinante. Os últimos saldos da balança comercial já são bem animadores. A queda da importação de petróleo tem contribuído para isso. O aumento da produção nacional (340 mil barris diários) e o emprego mais intenso do álcool são outros motivos.

O governo criou a Sest para controlar os investimentos e agora, também,

os gastos e as mordomias das estatais. Infelizmente, estas medidas, embora necessárias, geram uma recessão momentânea, já que as estatais são as grandes compradoras no mercado interno.

Está tomando vulto a idéia de que para debelar a inflação é necessário um tratamento de choque; o gradualismo não tem dado o resultado esperado. A confiança de que goza o presidente pessoalmente junto à Nação lhe daria o respaldo necessário para executar essas medidas, uma vez que assuma ele, pessoalmente, a sua execução.

A evolução da nossa crise econômica pode ser comparada com a de um abcesso. Quando este é lancetado, há uma dor profunda, mas rápida, e, uma vez eliminado, faz-se logo a cicatrização e o doente pode voltar à vida normal. É preferível tentar este tratamento na nossa economia, do que irmos caminhando para um caos, que não será somente financeiro, mas também social.

(*) Vice-presidente da Associação Comercial do Rio.